Singapura V: tributação e incentivos

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

A tributação é o motivo pelo qual muitos clientes olham para Singapura pela primeira vez e o motivo pelo qual alguns deles, mais tarde, vão embora. A cidade-Estado tributa a renda segundo o princípio da territorialidade, não tributa ganhos de capital, isenta de GST a troca de digital payment tokens (tokens de pagamento digital) e oferece veículos de fundos cuja renda de investimentos é isenta por lei. Cada uma dessas afirmações é verdadeira, e cada uma traz uma ressalva que decide o resultado de um mandato. Um fundador que vende tokens a partir de Singapura descobrirá que a manchete "sem imposto sobre ganhos de capital" depende de uma análise trader ou investidor que a IRAS conduz com base nos fatos. Um gestor de fundos descobrirá que os incentivos para fundos foram escritos para valores mobiliários e que os tokens de pagamento se encaixam mal na lista de investimentos designados. Um family office descobrirá que as condições foram endurecidas em 2023 e novamente em 2025, depois que o caso de lavagem de dinheiro de agosto de 2023 mudou o tom de todas as análises da MAS.

Esta Parte expõe o tratamento tributário dos ativos digitais em Singapura tal como se apresentava em 30 de junho de 2026. Começa pelo imposto de renda (Capítulo I), depois desmonta a questão dos ganhos de capital (Capítulo II), passa ao GST

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

(Capítulo III) e aos incentivos para fundos e family offices que trazem a maior parte do dinheiro institucional para a cidade (Capítulos IV e V). O Capítulo VI trata de fundadores e empregados, incluindo planos de tokens, residência e o sistema de autorizações (passes) que controla quem pode viver e trabalhar em Singapura. Os Capítulos VII e VIII abordam transparência e litígios. O Capítulo IX encerra com o acordo para evitar a dupla tributação entre Singapura e Suíça, o instrumento que determina como os dois polos deste livro dividem entre si o poder de tributar.

O lado suíço de cada comparação está na Parte G. Onde esta Parte diz "compare com Zug", o leitor encontrará ali a regra suíça correspondente, enquanto a Parte O, Capítulo I reúne os dois sistemas eixo por eixo. A Parte P, Capítulo I transforma os cálculos em uma decisão para o fundador que escolhe entre Zug e Singapura como lugar para viver.

Duas advertências valem para toda a Parte. Primeiro, o direito tributário de Singapura muda a cada orçamento (Budget) de fevereiro e a cada Income Tax (Amendment) Act do outono, enquanto as condições para fundos e family offices mudam por circular da MAS com pouco aviso prévio. Segundo, a autoridade tributária de Singapura, a Inland Revenue Authority of Singapore (IRAS), publica suas posições administrativas em e-Tax Guides que não são lei, mas são aplicados como se fossem. A prática do Comptroller (o diretor da administração tributária) em matéria de tokens digitais está exposta em dois desses guias, ambos reeditados em 30 de janeiro de 2026. Quem entende esses guias entende a maior parte da posição tributária na prática.

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.